



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

NOTA
ESTRATÉGICA

19

OUTUBRO 2015

A Força de uma Trajetória

O Brasil e as operações de paz
da ONU (1948-2015)

Eduarda Passarelli Hamann



Sumário

Resumo	1
1. Introdução	3
2. Metodologia	5
3. Garantia de interesses específicos e promoção de interesses gerais	7
Interesses específicos: número de brasileiros no terreno	9
Interesses gerais: número de missões com a participação do Brasil	12
4. O Brasil e as missões de paz sob o capítulo VII – releitura?	15
5. Conclusões e recomendações	20
Referências	22

A Força de uma Trajetória

O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)

Eduarda Passarelli Hamann¹

Resumo

Esta Nota Estratégica visa identificar elementos que reflitam o caminho percorrido pelo Brasil nas missões de paz da ONU, desde a primeira, em 1948, até os dias de hoje. Trata-se de desvendar um importante legado que o Brasil deixa não apenas para si mesmo, mas também para as discussões sobre o futuro das operações de paz. Em tempos de crise, como os atuais, a identificação de padrões de comportamento torna-se ainda mais relevante, na medida em que aspectos recorrentes poderão orientar a tomada de decisão após dissipada a névoa da incerteza.

Para tanto, foram analisadas todas as contribuições do Brasil para missões de paz da ONU, entre 1948 e 2015. Os principais resultados, trazidos à tona neste artigo, incluem:

- Das 71 missões de paz já autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU), 50 contaram com apoio de brasileiros no terreno, o que equivale a 70,1%;
- O número de missões com participação de militares e policiais brasileiros aumentou consideravelmente nos últimos 15 anos: em 2000, o Brasil

¹ A autora agradece pelos subsídios oferecidos pela 5ª SubChefia do Estado-Maior do Exército Brasileiro. Agradeço também pelo apoio de Renata Giannini, Maiara Folly e Pedro Maia, a quem não se atribui qualquer responsabilidade pelo conteúdo deste artigo.

participava de três missões e, hoje, o país participa de 10 missões, o que corresponde a um crescimento de 333%;

- Desde a primeira missão, mais de 46 mil militares e policiais brasileiros estiveram no terreno sob a bandeira azul da ONU. Desses, cerca de 86% foram desdobrados nos últimos 25 anos;
- Ao todo, houve apenas três momentos que se destacam devido aos números significativos de tropas brasileiras no terreno: anos 1950/1960 (Suez/UNEF I), anos 1990 (Angola/UNAVEM III) e anos 2000/2010 (Haiti/MINUSTAH, conjugada em menor escala com Líbano/UNIFIL);
- O engajamento do Brasil nas missões de paz parece motivado tanto por interesses específicos como por interesses gerais: as missões de interesse específico atraem grandes números de tropas brasileiras, enquanto que as de interesse geral evidenciam a busca do Brasil por marcar sua presença em espaços multilaterais, ainda que com baixo número de profissionais no terreno; e
- Apesar da excessiva cautela do discurso diplomático do Brasil quanto ao engajamento em missões autorizadas sob o Capítulo VII da Carta da ONU, os dados revelam a participação de brasileiros em 74% dessas missões.

Essas são evidências de que o perfil do país para questões de paz e segurança alcançou tamanha envergadura que já não é possível voltar atrás sem grandes prejuízos para a organização do sistema internacional. E sem grandes prejuízos para a própria posição relativa do país na ordem global. É importante retomar a consciência da grandeza do papel brasileiro a fim de que o governo mantenha elevado este perfil nos anos vindouros, sobretudo depois de 2017, quando a missão no Haiti terá outra natureza e dificilmente precisará de tropas.

1. Introdução

Há pelo menos duas formas de analisar a história do envolvimento do Brasil nas missões de paz da ONU. A primeira é mais ampla e considera a série completa, que compreende toda a contribuição brasileira, desde a primeira até hoje (entre 1948 e 2015). A segunda é mais específica e confere destaque aos últimos 25 anos – além de ser o período mais recente, é também quando o engajamento fica mais dinâmico e é durante o qual se tem acesso a dados desagregados por mês e por tipo de profissional engajado (militar ou policial). Ambas as formas são adotadas neste trabalho, por serem complementares e por revelarem dados importantes sobre os padrões de comportamento passados e presentes, que podem refletir no futuro.

Os dados da série histórica revelam que, entre 1948 a 2015, o Brasil participou de 50 missões de paz da ONU, em cerca de 30 países e territórios. Ao todo, o governo brasileiro autorizou e financiou o desdobramento de pouco mais de 46 mil profissionais uniformizados brasileiros (militares e policiais) para trabalhar sob a bandeira azul das Nações Unidas.

O início da participação do Brasil se confunde com as próprias origens das missões de paz da ONU, no fim da década de 1940. Foi baixo o engajamento do país durante o regime militar (1964-1985), com a manutenção de um punhado de oficiais na função de observadores, com a notável exceção do desdobramento de três contingentes em uma missão da Organização dos Estados Americanos (OEA) na República Dominicana². Esse período de baixa participação coincide com o auge da Guerra Fria, quando o congelamento do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) também dificultou a autorização de novas missões.

Entre 1948 e 2015, o Brasil participou de 50 missões de paz da ONU, com mais de 46 mil militares e policiais

Na década de 1990, tanto o CSNU como o Brasil retornam com mais dinamismo às operações de paz. A natureza da maioria das missões se tornou mais ampla e

² Entre maio de 1965 e setembro de 1966, o Brasil participou da Força Interamericana de Paz, missão da OEA, com três contingentes de aproximadamente 1200 militares cada (3 batalhões de infantaria com aprox. 840 militares cada e 3 companhias de fuzileiros navais de aprox. 270 militares cada), totalizando cerca de 3.600 tropas no terreno, desdobradas, em rodízio, por um período de 16 meses. Foi a única missão da OEA que contou com a participação de tropas brasileiras. As demais receberam, e algumas ainda recebem, o apoio de militares brasileiros em missão individual.

multidimensional. Pressionado pela ONU, o Brasil começou a desdobrar também policiais militares, primeiro em Angola (1991) e depois em Moçambique (1993), e em outras várias missões. Nos anos 2000, as primeiras mulheres também passaram a integrar os contingentes brasileiros das missões de paz: a pioneira foi ao Timor Leste (2003) e em seguida dezenas de mulheres participam de outras cinco missões, com o número máximo alcançado em março de 2012 quando havia 30 mulheres brasileiras em diferentes missões, simultaneamente³.

O Brasil optou por enviar nacionais a um número maior de missões a partir dos anos 2000, algo explorado na próxima seção. O número de militares e policiais no terreno também aumentou exponencialmente a partir de 2004, com a participação no Haiti (MINUSTAH). Embora o auge tenha sido em 2010-2012, os altos índices perduram até hoje.

Este artigo confere destaque a aspectos recorrentes que identificam padrões de comportamento do Brasil nas operações de paz, tanto no âmbito do discurso diplomático, como principalmente no âmbito da prática militar, manifestado pela análise detalhada do desdobramento de brasileiros. Por se tratarem de macrotendências, esses elementos ultrapassam as noções do tempo e, de certa forma, dizem respeito a políticas de Estado e não apenas de governo. Os principais padrões trazidos à tona neste artigo são os seguintes:

- Das 71 missões de paz já autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU), 50 contaram com apoio de brasileiros no terreno, o que equivale a 70,1%;
- O número de missões com participação de militares e policiais brasileiros aumentou consideravelmente nos últimos 15 anos: em 2000, o Brasil participava de três missões e, hoje, o país participa de 10 missões, o que corresponde a um crescimento de 333%;
- Desde a primeira missão, mais de 46 mil militares e policiais brasileiros estiveram no terreno sob a bandeira azul da ONU. Desses, cerca de 86% foram desdobrados nos últimos 25 anos;
- Ao todo, houve apenas três momentos que se destacam devido aos números significativos de tropas brasileiras no terreno: anos 1950/1960 (Suez/UNEF I), anos 1990 (Angola/UNAVEM III) e anos 2000/2010 (Haiti/MINUSTAH, conjugada em menor escala com Líbano/UNIFIL);

³ Houve/há mulheres brasileiras (policiais e militares) na MINUSTAH (Haiti), UNIFIL (Líbano), UNMIL (Libéria), UNMISS (Sudão do Sul), UNMISSET/UNMIT (Timor Leste) e UNOCI (Côte d'Ivoire).

- O engajamento do Brasil nas missões de paz parece motivado tanto por interesses específicos como por interesses gerais: as missões de interesse específico atraem grandes números de tropas brasileiras, enquanto que as de interesse geral evidenciam a busca do Brasil por marcar sua presença em espaços multilaterais, ainda que com baixo número de profissionais no terreno; e
- Apesar da excessiva cautela do discurso diplomático do Brasil quanto ao engajamento em missões autorizadas sob o Capítulo VII da Carta da ONU, os dados revelam a participação de brasileiros em 74% dessas missões.

É evidente que questões financeiras, políticas ou ideológicas, relacionadas a governos específicos, têm impacto na quantidade de missões que recebem o apoio do Brasil, e/ou no número total de militares e policiais que o país efetivamente desdobra. Mas o que os dados revelam é que há padrões que se mantêm relativamente estáveis, a despeito das diferenças político-partidárias no nível federal. Como consequência, os elementos centrais de tais padrões poderão orientar a política externa brasileira no futuro próximo, assim como poderão ser úteis aos debates sobre o futuro das operações de paz.

2. Metodologia

A metodologia adotada inclui análises quantitativas e qualitativas. Junto com aspectos temporais e espaciais, tais abordagens deixam bem evidente a trajetória do Brasil nas missões de paz das Nações Unidas. Houve grande dificuldade para encontrar dados oficiais que incluíssem o total de policiais em cada missão (disponível mês a mês), assim como são inexistentes os dados referentes a especialistas civis de nacionalidade brasileira (informação acessível a delegações oficiais). Ademais, mesmo os dados oficiais referentes ao número de militares, que são os mais próximos da realidade, podem ser problematizados.

Em termos de números desagregados, esses só foram disponibilizados a partir de novembro de 1990, pelo site do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO). Sobre o Brasil, especificamente, a pesquisa contabilizou 3.239 dados, integrados a 499 documentos, que correspondem à contribuição mensal do país entre novembro de 1990 e junho de 2015. Houve tão poucas interrupções que não chegam a afetar a visão geral.

Os dados selecionados para análise foram enquadrados em duas categorias, que serão detalhadas nas duas próximas seções e são resumidas a seguir:

(1) Dados que evidenciam a busca, pelo Brasil, de participar regularmente das missões de paz da ONU, engajando-se tanto em missões de interesses específicos como em missões de interesses gerais/globais; e

(2) Dados que giram em torno do debate sobre o engajamento da ONU, e do Brasil, em missões de paz regidas sob o Capítulo VII da Carta⁴.

Além desses aspectos, vários outros elementos também ficaram evidentes na análise da trajetória do Brasil nos últimos 70 anos, mas não farão parte deste artigo por falta de espaço e por necessitarem de mais tempo para pesquisa. Exemplos incluem o baixo engajamento de policiais, iniciado na década de 1990 e realizado prioritariamente por meio de missões individuais; o tímido engajamento com mulheres a partir de 2003, com maior ênfase em 2012; bem como os esforços logísticos, doutrinários e de adestramento em retomar o engajamento de tropas depois de um distanciamento de quase vinte anos entre a UNAVEM III (1995-1997) e a MINUSTAH (2004-presente)⁵. Também pode ser útil discutir de que maneira as crises financeiras das décadas de 1990 e de 2010 não afetaram o engajamento do Brasil com tropas no exterior. São ideias para futuras pesquisas, que muito contribuirão para o avanço do debate.

Na próxima seção, o artigo fará uma análise quantitativa, com pinceladas qualitativas, nos aspectos que se traduzem como um esforço do Brasil em garantir a realização de seus interesses específicos e em promover ativamente iniciativas de interesse gerais. Em seguida, serão discutidas as participações do Brasil em missões sob o Capítulo VII e suas implicações sobre a política externa brasileira.

4 O Capítulo VII da Carta da ONU diz respeito à ação coletiva, de todos os membros da organização, em situações de ameaça à paz, ruptura da paz e atos de agressão. Entre os instrumentos que podem ser autorizados estão as sanções, os embargos e também as controversas missões que autorizam o uso da força a despeito do consentimento das partes beligerantes. As últimas são fonte de polêmica entre um grande número de Estados-Membros, inclusive para o Brasil.

5 Segundo Aguilar (2015), são vários os benefícios de participar das missões de paz da ONU. Incluem a possibilidade de: (1) manter parte do efetivo adestrada em ambiente de conflito; (2) renovar os equipamentos; (3) de receber, no nível individual, um aporte financeiro extra uma vez desdobrado; (4) aprimorar a doutrina militar devido à convivência com tropas de diferentes países; entre outros.

3. Garantia de interesses específicos e promoção de interesses gerais

Os dados consolidados para esta seção são formas diferentes mas complementares de se fazer política externa na área das missões de paz. Foram analisados a partir de *interesses gerais*, entendidos principalmente como o número de missões com participação de brasileiros; e a partir de *interesses específicos*, entendidos principalmente como a quantidade de brasileiros efetivamente no terreno.

Entre 1948 e 2015, 71 missões de paz foram autorizadas pelo CSNU⁶. Os últimos 25 anos foram mais intensos do que os 42 anos anteriores, em função da polarização do sistema internacional durante a Guerra Fria, representada no CSNU. No início da década de 1990, porém, o número de novas missões aprovadas aumentou de maneira exponencial. Somente de 1988 a 1994, por exemplo, o Conselho aprovou 20 novas missões⁷.

O Brasil participou, com militares ou policiais, de 50 missões da ONU, o que equivale a 70,4% do total⁸. Foi apenas a partir de 1990, e principalmente no século atual, que a participação brasileira se fez mais ativa, com participação em 25 novas missões. O gráfico abaixo inclui todas as missões de paz da ONU que contaram com a participação do Brasil, entre 1948 e 2015.



Oficial de ligação brasileiro da UNMIT levanta informações sobre situação de segurança antes das eleições no Timor Leste (2007).

Foto ONU/Martine Perret

6 ONU/DPKO (2015a).

7 ONU/DPKO (2015b).

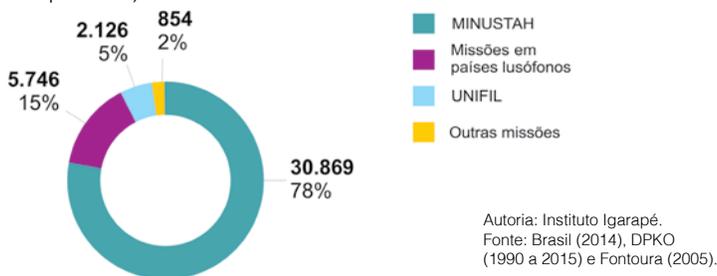
8 Não foi possível obter informações sobre o número de especialistas civis brasileiros, autorizados e desdobrados pelo governo federal, em missões de manutenção da paz e missões políticas especiais.

Tal gráfico deixa evidente que o país se engajou com um grande número de missões, simultaneamente, a partir dos anos 1990. Pelo tamanho dos círculos, que são proporcionais ao tamanho dos contingentes brasileiros, também é possível verificar que apenas algumas missões receberam altos números de brasileiros. Esses dois aspectos foram interpretados, neste artigo, como motivados por interesses gerais e interesses específicos, respectivamente, e serão analisados a seguir.

Interesses específicos: número de brasileiros no terreno

Os interesses específicos estão presentes em qualquer política externa, de maneira a promover – ou no mínimo proteger – valores, princípios e conceitos que sejam relevantes para o núcleo-duro do interesse nacional. No caso do Brasil, ao analisar a quantidade de militares e policiais que o país envia para o terreno, verifica-se que o cerne do interesse nacional gira em torno de três eixos prioritários: (1) Haiti; (2) países lusófonos (Angola, Moçambique e Timor Leste e, em menor escala, Guiné Bissau); e (3) Líbano.

Gráfico 2. Distribuição dos brasileiros nas missões de paz da ONU (1990-presente) (total: 39.595 militares e policiais)



Isso fica evidente na análise quantitativa: entre 1948 e 2015, o Brasil desdobrou 46.122 militares e policiais em 50 missões de paz, dos quais 39.595 (86%) foram desdobrados nos últimos 25 anos. Desses, 30.869 (78%) passaram pela missão da ONU no Haiti (MINUSTAH), 5.746 (15%) participaram de missões em países lusófonos⁹ e 2.126 (5%) estiveram na missão da ONU no Líbano (UNIFIL)¹⁰. Os números poderão variar um pouco no futuro, uma vez que a MINUSTAH e a UNIFIL, que são missões com tropas brasileiras, ainda estão em andamento. De qualquer forma, os 2% restantes (854 profissionais) participaram de nove missões, em 25 anos, o que evidencia o baixo número de brasileiros enviados para missões que não eram consideradas de interesse específico, o que será explorado no próximo item.

⁹ Entre 1989 e 2015, houve 14 missões da ONU em países lusófonos: uma em Moçambique (ONUMOZ), seis em Angola (UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III, UNOPS, MONUA e UNMA), seis no Timor Leste (UNAMET, INTERFET, UNTAET, UNMISSET, UNOTIL e UNMIT) e uma na Guiné Bissau (UNIOGBIS).

¹⁰ Embora a UNIFIL tenha começado em março de 1978, o Brasil só começou a participar em 2011.

Os dados evidenciam que, em toda a trajetória do Brasil nas missões de paz da ONU¹¹, somente esses três eixos receberam o apoio de tropas brasileiras, o que se manifestou pelos desdobramentos a UNAVEM III¹² (1995-1997), na MINUSTAH (2004-presente) e na UNIFIL (2011-presente). Em segundo patamar, em termos de intensidade, encontram-se outras três missões no Timor Leste: INTERFET, UNMISSET e UNTAET¹³. Todas as demais missões da ONU receberam brasileiros por meio de desdobramentos individuais. Trata-se, portanto, de um padrão de comportamento que só desdobra tropas a missões de interesses específicos.



Tropas brasileiras em cerimônia militar na UNAVEM III (Angola 1997). Foto ONU/sem autor

Cabe ainda destacar que a MINUSTAH e a UNIFIL, que são os mais recentes engajamentos com tropas brasileiras, também contam com oficiais gerais brasileiros em posições de destaque, como *Force Commander* (MINUSTAH, desde 2004) e como comandante da Força-Tarefa Marítima (UNIFIL, desde 2011)¹⁴.

11 O ponto fora da curva é a UNEF I (1957-1967), que pode ser considerada *sui generis* e parece ter merecido tanto apoio por parte do Brasil unicamente por ter sido a primeira missão de paz da ONU.

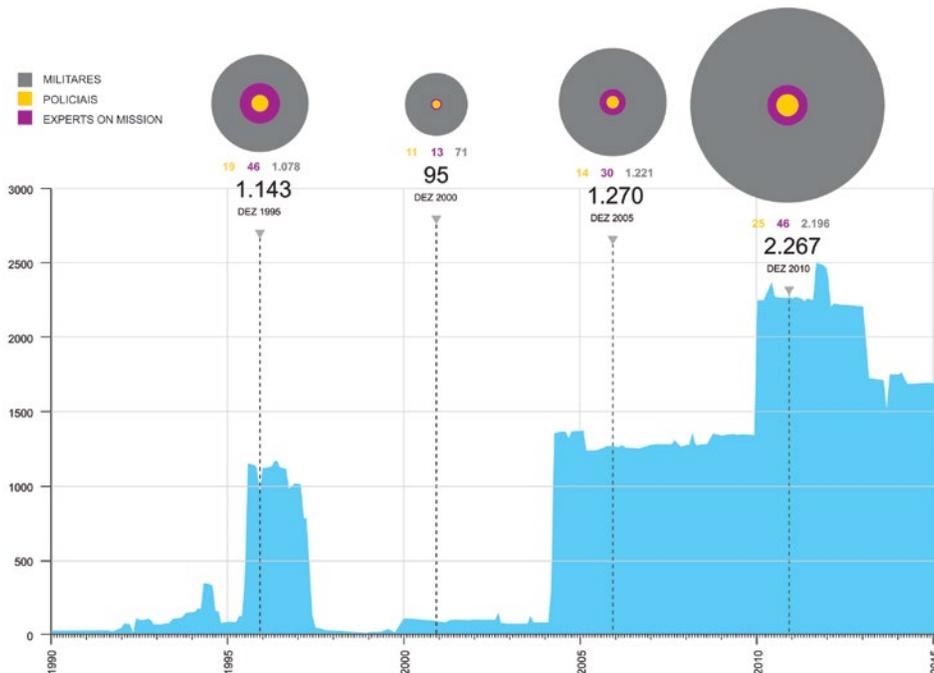
12 O Brasil desdobrava um batalhão de infantaria (aprox. 800), uma companhia de engenharia (200), dois postos de saúde avançados (40 médicos e assistentes), além de cerca de 40 oficiais do Estado-Maior. Também contou com um pequeno número de observadores policiais e militares (Brasil 2014).

13 A INTERFET contou com um pelotão da Polícia do Exército (50 militares). A UNTAET contou com observadores militares, oficiais do Estado-Maior e um pelotão da PE (50, que posteriormente aumentou para 70). Os militares que estavam na UNTAET foram incorporados à UNMISSET e, em 2004, o efetivo da tropa passou de 70 para 125 (uma companhia) (Brasil 2014).

14 O Brasil foi o primeiro país do sul global a assumir o comando da força naval.

Outra maneira de visualizar o impacto dos três eixos prioritários é por meio do gráfico abaixo. Trata-se de uma linha do tempo, que ilustra toda a participação do Brasil em missões de paz da ONU entre 1990 e 2015. Os destaques visuais são atribuídos à UNAVEM III (1995-1997), MINUSTAH (2004-presente, com dois batalhões entre 2010 e 2012, no imediato pós-terremoto) e a UNIFIL (2011-presente).

Gráfico 3. Evolução da participação do Brasil nas missões de paz da ONU, com destaques aos componentes da missão a cada 5 anos (1990-2015)



Autoria: Instituto Igarapé.

Fonte: DPKO (1990 a 2015).

Nota: Os dados contidos nos círculos são referentes ao mês de dezembro de cada ano (1995, 2000, 2005 e 2010) e contém a distribuição dos brasileiros conforme a função – a legenda fala em “policiais”, “militares” (tropas) e “experts on mission” (militares em missão individual).

O gráfico acima também evidencia que a política externa para missões de paz tem elementos de política de Estado, e não apenas de política de governo, uma vez que o desdobramento com tropas passou por esforços conjugados em três administrações diferentes: Presidente Fernando Henrique Cardoso (UNAVEM III), Presidente Lula (MINUSTAH) e Presidente Dilma Rousseff (UNIFIL).

Interesses gerais: número de missões com a participação do Brasil

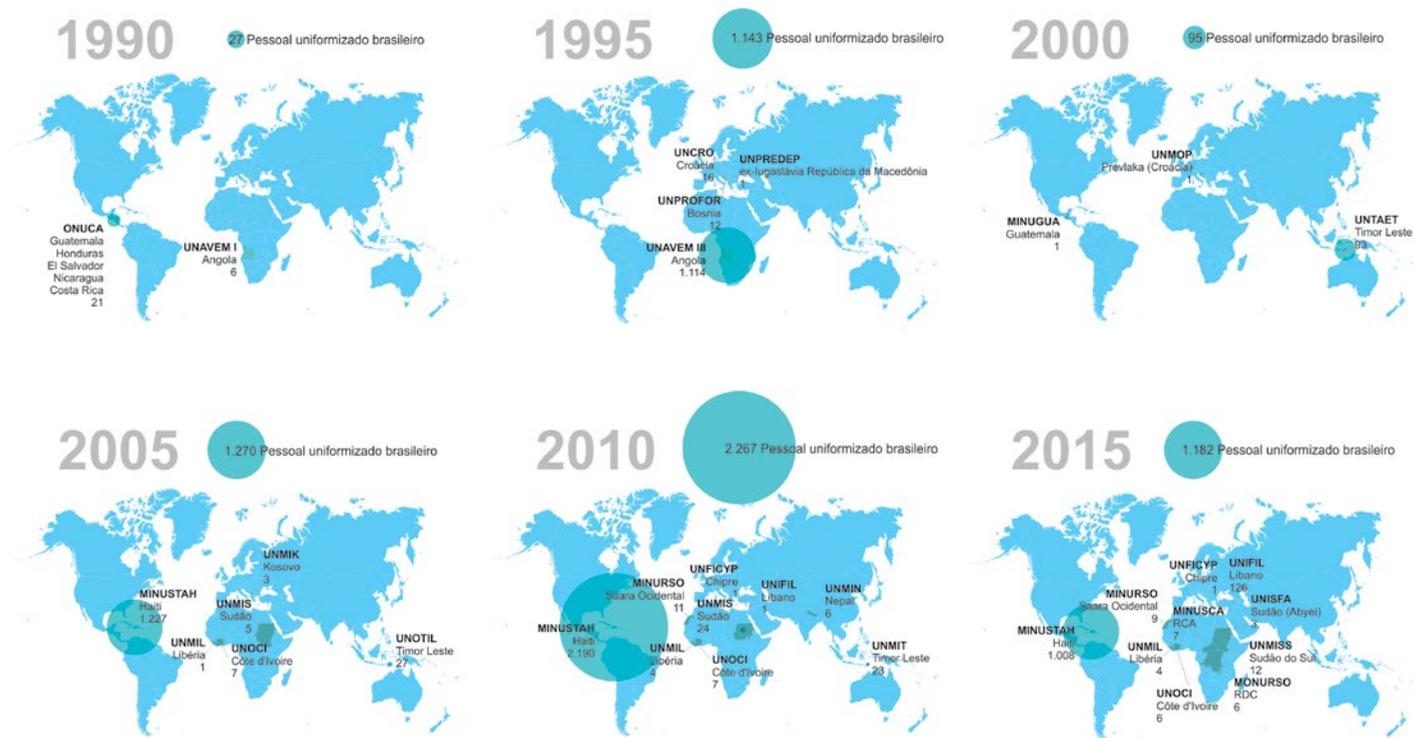
A análise quantitativa da trajetória do Brasil nas missões da ONU revela um dado importante, que pode ser interpretado como o valor que o país confere ao multilateralismo. Este traço teve início na década de 1940 e só ganhou força novamente nos anos 1990, com projeção ainda maior a partir dos anos 2000. Nos últimos 20 anos, a participação do Brasil não só passa a estar mais diversificada, como também ganha mais complexidade logística e operacional.

O Gráfico 1 demonstra claramente que, em vez de participar de duas ou três missões de interesses específicos, o Brasil participa de várias missões ao mesmo tempo e em países ou regiões que não necessariamente são relevantes para os interesses específicos brasileiros. Ou seja, o Brasil efetivamente se dispõe a participar de missões que atendam ao interesse geral. Este argumento também pode ser bem visualizado no gráfico a seguir, que indica a participação do Brasil nos últimos 25 anos, com mapas que correspondem a “retratos” tirados a cada cinco anos.



Brasil assume o comando da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Líbano 2011). Foto ONU/Pasqual Goriz

Gráfico 4. Quantidade de missões de paz da ONU com pessoal uniformizado brasileiro – seis retratos



Autoria: Instituto Igarapé.

Fonte: DPKO (nov.1990, dez.1995, dez.2000, dez.2005, dez.2010 e jun.2015).

Nota: Todos os dados referem-se a dezembro dos respectivos anos, exceto 1990 e 2015, em que os meses com dados disponíveis eram novembro e junho, respectivamente.

Para a análise comparada, tomam-se como exemplos os anos 2000 e 2015. Em 2000, o Brasil manteve militares e policiais em apenas três missões: Guatemala (MINUGUA), Timor Leste (UNTAET) e ex-Iugoslávia (UNMOP). Dessas, as duas primeiras foram desdobradas em locais de interesse específico para a política externa brasileira.

Já em 2015, há profissionais brasileiros em 10 missões de paz da ONU: Chipre (UNFICYP), Costa do Marfim (UNOCI), Haiti (MINUSTAH), Líbano (UNIFIL), Libéria (UNMIL), República Centro-Africana (MINUSCA), República Democrática do Congo (MONUSCO), Saara Ocidental (MINURSO), Sudão (UNISFA) e Sudão do Sul (UNMISS). Das 10 missões atuais, apenas duas (MINUSTAH e UNIFIL) parecem ter sido motivadas principalmente por interesses específicos, ou seja, a vasta maioria dos desdobramentos (80%) está relacionada a interesses gerais.

Esses mesmos dados evidenciam que, em um período de 15 anos, o número de missões com brasileiros cresceu exponencialmente, passando de três, em 2000, para dez, em 2015 – o que equivale a um aumento de 333%. Também é possível constatar que, em 2000, havia representação brasileira em 18,75% das missões de paz, enquanto que, em 2015, essa porcentagem passou para 62,5% do total¹⁵.

Como mencionado na seção anterior, a análise qualitativa das novas missões, sobretudo as de interesse geral, indica que a maioria, senão todas, recebe brasileiros em missão individual, tanto militares (observador militar ou *expert on mission*), como policiais. Mesmo neste sentido, trata-se de um grande esforço doméstico, que exige estreita coordenação entre vários atores e em diversas frentes, sobretudo política, diplomática, logística e financeira. Como resultado, o engajamento em um número relativamente alto de missões, apesar do desdobramento de pequenos contingentes, evidencia a preocupação do Brasil de participar da divisão de tarefas do sistema internacional e de contribuir para a produção de bens públicos globais, sendo a manutenção da paz um dos mais importantes.

Este seria, portanto, um segundo padrão de comportamento, ou seja, o desdobramento e a manutenção de nacionais em missões da ONU mesmo quando não haja interesses específicos em jogo. Existem custos por trás dessa estratégia e o país, durante pelo menos 15 anos, pareceu disposto a assumir alguns deles.

¹⁵ O número total de missões em 2000 é o mesmo em 2015 (16 missões).

4. O Brasil e as missões de paz sob o capítulo VII – releitura?

A política externa brasileira para intervenções internacionais (que inclui missões de paz robustas e de *peace enforcement*) tem sido marcada por posições que buscam evitar o uso da força por parte da ONU. A posição do Brasil tem sido a de evitar que a ONU se envolva em missões sob o Capítulo VII e o país defende a delegação de tais missões para forças multinacionais ou para organizações regionais e sub-regionais¹⁶.

A posição de evitar o recurso à força é recorrente em foros internacionais e se manteve intacta mesmo em situações de graves violações de direitos humanos, como evidenciado pelos discursos do Brasil no CSNU nos casos do Kosovo (1998-1999), Darfur (2004-2005) e Líbia (2011)¹⁷. A posição brasileira mostrou-se contrária à intervenção militar nos três casos, ainda que tenha sido favorável, anos antes, em Ruanda (1993-1994)¹⁸.

Se por um lado, os elementos que subsidiam esta posição tendem a enaltecer a soberania, a prevenção de conflitos e a resolução pacífica de controvérsias, por outro lado, ela também se justifica pelas tentativas do Brasil de controlar eventuais abusos por parte dos tomadores de decisão do CSNU, em busca de soluções mais responsáveis.

No que se refere especificamente a missões de paz, a posição brasileira, como regra, também privilegia a soberania e a não intervenção, neste caso traduzidas pelos três princípios básicos do *peacekeeping*: imparcialidade, consentimento e não uso da força, a não ser para autodefesa ou em cumprimento do mandato.

Tal posição tornou-se um pouco mais flexível no início dos anos 2000 – década altamente significativa para os debates, tanto por causa da evolução no discurso da diplomacia brasileira, mas principalmente por causa de uma nova prática militar no terreno. Ambos os aspectos ainda se encontram em consolidação e serão analisados a seguir.

16 Fontoura (2005), p. 277.

17 São três episódios emblemáticos, ocorridos quando o Brasil exercia mandatos de membro não permanente no CSNU.

18 O Brasil estava no CSNU quando a crise em Ruanda escalou (1993-1994) e assumiu a posição de defender o uso da força para frear o genocídio. Ver Hamann (2012), Hermann (2011) e Britto (2012).

No âmbito do discurso diplomático, foi em 2004 que a posição do Brasil passou a incluir elementos de proteção de civis (PoC) no âmbito das operações de paz, trazendo para os *peacekeepers* a responsabilidade pela implementação das estratégias de PoC¹⁹. Em 2009, o país passou a ser mais vocal em questões sobre legalidade e prestação de contas (*accountability*), defendendo que as ferramentas do Capítulo VII deveriam ser usadas somente com alto grau de especificidade e de monitoramento²⁰. E, em 2011, finalmente, depois da polêmica autorização do CSNU em relação à missão na Líbia, o Brasil lançou a expressão “responsabilidade ao proteger” (RwP)²¹.

A RwP ainda não encontrou ecos nos debates sobre operações de paz, embora seus princípios e valores traduzam os preceitos do direito internacional dos conflitos armados e do direito internacional humanitário, ambos já inseridos nas missões de paz. Mas traz à discussão o olhar de longo prazo e, principalmente, a consciência de que o uso irresponsável da força pode minar a sustentabilidade da paz, pela possibilidade de causar mais instabilidade do que pretendia evitar ou mais mortes do que tentou impedir – elementos úteis aos debates sobre missões de paz sob o Capítulo VII.

A posição oficial do Brasil sobre o uso da força nas missões de paz tem passado por mudanças profundas desde 1999

Essa noção sofisticada de uso responsável da força, no âmbito de PoC ou RwP, sugere que o Brasil também faça uma releitura do que significam as missões de paz da ONU sob o Capítulo VII. Se não é possível evitá-las, como fazer com que tenham mandatos claros e razoáveis e que sejam implementadas de maneira eficiente e eficaz? E como o Brasil pode contribuir para isso? Caso a evolução dentro do pensamento diplomático não seja suficiente para impulsionar tal releitura, a análise dos dados sobre a participação do Brasil no terreno deverá fazê-lo, como se vê a seguir.

Três missões merecem destaque por representarem quebras de paradigma em relação ao discurso oficial da diplomacia brasileira, geralmente contrário a missões sob o Capítulo VII: (1) INTERFET (Timor Leste); (2) MINUSTAH (Haiti); e (3) MONUSCO (República Democrática do Congo). Trata-se de missões regidas

19 Ver os seguintes discursos do Brasil em reuniões do Conselho de Segurança da ONU: Embaixador Valle, na reunião n. 4990 (14 Jun 2004); Emb. Ronaldo Sardenberg, na reunião n. 5209 (21 Jun 2005); Emb. Maria Luiza Ribeiro Viotti, na reunião n. 6066 (14 Jan 2009) e Emb. Regina Maria Cordeiro Dunlop, na reunião n. 6216 (11 Nov 2009).

20 Ver o discurso da Emb. Regina Maria Cordeiro Dunlop, na reunião n. 6151 do CSNU (26 Jun 2009).

21 Para o discurso na íntegra, ver Brasil (2011a). Ver também Brasil (2011b).

pelo Capítulo VII, total ou parcialmente, e que contaram com significativo apoio de brasileiros no terreno.

A INTERFET, iniciada em 1999, corresponde à primeira quebra de paradigma quanto ao envio de tropas brasileiras a missões sob o Capítulo VII: o país desdobrou no Timor Leste um pelotão da Polícia do Exército (PE). Não houve, porém, autorização para o uso da força, a não ser em autodefesa. Depois da INTERFET, outras duas missões no Timor Leste, ainda sob o Capítulo VII, também contaram com o apoio brasileiro, que aumentou de um pelotão (primeiro com 50, depois com 70 militares) para uma companhia (125 militares).

A MINUSTAH, iniciada em 2004, corresponde à segunda quebra de paradigma, quando o Brasil empregou pela primeira vez um batalhão em uma missão com cláusulas sob o Capítulo VII. Mais do que isso, o batalhão brasileiro recebeu autorização da ONU e do próprio Brasil para usar a força no nível tático. E assim o fez, sobretudo entre 2005 e 2007, durante os processos que levaram à pacificação de bairros como Bel Air e Cité Soleil.

A MONUSCO corresponde à terceira quebra de paradigma, ainda que não haja desdobramento de tropas brasileiras. Em 2013, o General Santos Cruz, oficial da reserva do Exército Brasileiro, foi convidado pela ONU para atuar como *Force Commander* desta missão, o que incluía também o comando da controversa Brigada de Intervenção. O governo brasileiro foi bastante reticente no início, porque nunca escondeu suas restrições em relação à Brigada de Intervenção. Hoje, porém, o país está mais condescendente e até desdobra oficiais de Estado-Maior em apoio ao *Force Commander*.

Aos poucos, portanto, parece haver algum tipo de releitura quanto ao engajamento do país com tropas em missões sob o Capítulo VII, que passou da negação e agora chega à participação comedida. Surpreende, porém, que pouco ou nada seja ponderado acerca de todas as outras operações de paz sob o Capítulo VII que incluíram ou ainda incluam a participação de brasileiros em missões individuais.

Os dados evidenciam que há 25 anos o Brasil envia seus nacionais para missões sob este Capítulo. Desde 1990, das 23 missões sob o Capítulo VII autorizadas pelo CSNU, 17 contaram com apoio de brasileiros no terreno, o que corresponde à imensa maioria, ou 74% do total. Em outras palavras, o governo brasileiro efetivamente autorizou e financiou o desdobramento de militares e policiais para 3/4 de todas as missões de paz da ONU regidas, total ou parcialmente, pelo Capítulo VII da Carta.

A participação dos brasileiros nessas missões tem ocorrido por meio de contribuições individuais, exceto nos casos mencionados de Timor Leste e Haiti. Este é mais um padrão de comportamento que precisa ser compreendido e absorvido pelas posições oficiais do país nos principais foros de paz e segurança internacional. É de se admirar que as missões sob o Capítulo VII causem tanto repúdio ao Brasil quando seus próprios nacionais também contribuem para o sucesso dessas missões, ainda que não usem a força quando desdobrados.



Soldados brasileiros fazem operação em Porto Príncipe, pela MINUSTAH (Haiti 2008). Foto ONU/Logan Abassi

A tabela a seguir elenca todas as missões de paz regidas pelo Capítulo VII (total ou parcialmente) e traz detalhes sobre a eventual participação do Brasil em cada uma.

Tabela 1. Missões de paz da ONU sob o Capítulo VII e a participação do Brasil (1992-2015)

REGIÃO	LOCAL	MISSÃO	PERÍODO	BRASILEIROS?	SE SIM, COMO FOI A PARTICIPAÇÃO?
África	Burundi	ONUB	Jun 2004 - Dez 2006	NÃO	-
	Côte d'Ivoire	UNOCI	Abr 2004 - presente	SIM	79 brasileiros como oficiais de ligação (MINUCI) e como observadores militares, oficiais de ligação e de Estado-Maior (UNOCI).
	Libéria	UNMIL	Set 1993 - Set 1997	SIM	40 brasileiros como observadores militares (31 EB, 5 MB e 4 FAB).
	Mali	MINUSMA	Abr 2013 - presente	NÃO	-
	República Centro-Africana	MINURCAT	Set 2007 - presente	SIM	7 brasileiros como observadores militares (4 EB, 2 MB e 1 FAB).
		MINUSCA	Abr 2014 - presente	SIM	9 brasileiros como oficiais de Estado-Maior (5 EB e 4 MB).
	República Democrática do Congo	MONUC	Nov 1999 - Jun 2010	NÃO	-
		MONUSCO	Mai 2010 - presente	SIM	25 brasileiros como <i>Force Commander</i> e oficiais de Estado-Maior (só EB).
	Serra Leoa	UNAMSIL	Out 1999 – Dez 2005	NÃO	-
	Somália	UNOSOM I	Abr 1992 – Mar 1993	NÃO	-
		UNOSOM II	Mar 1993 – Mar 1995	NÃO	-
	Sudão	UNMIS	Mar 2005 - Jul 2011	SIM	153 brasileiros como observadores militares (129 EB, 8 MB e 16FAB).
Sudão (Darfur)	UNAMID	Jul 2007 - presente	SIM	3 militares - com o fim da UNMIS, os militares que não haviam concluído seu tempo de missão foram realocados temporariamente na UNAMID.	
Sudão (Abyei)	UNISFA	Jun 2011 - presente	SIM	17 brasileiros como oficiais de Estado-Maior (12 EB, 2 MB e 3 FAB).	
Sudão do Sul	UNMISS	Jul 2011 – presente	SIM	32 brasileiros como oficiais de Estado-Maior (27 EB, 2 MB e 3FAB) e 10 brasileiros como UNPOLs (até dez2013).	
Américas	Haiti	MINUSTAH	Abr 2004 - presente	SIM	30.869 brasileiros como tropas e oficiais de Estado-Maior (25.419 EB, 5.174 MB e 276 FAB). Além disso, 38 UNPOLs brasileiros foram desdobrados até dez.2013.
Ásia	Timor Leste	INTERFET	Set 1999 – Out 1999	SIM	51 brasileiros (pelotão da Polícia do Exército) (só EB).
		UNTAET	Out 1999 – Mai 2002	SIM	378 brasileiros como observadores militares, oficiais de Estado-Maior e pelotão da Polícia do Exército (o efetivo da tropa passou de 51 para 70) (só EB).
		UNMISET	Mai 2002 – Mai 2005	SIM	488 brasileiros (478 EB e 10 MB) que estavam servindo a UNTAET foram transferidos para a UNMISET. Em 2004, o efetivo da tropa passou de 70 para 125.
Europa	Ex-Iugoslávia/Bósnia	UNPROFOR	Fev 1992 - Mar 1995	SIM	90 brasileiros como observadores militares (47 EB, 31 MB e 12 FAB) e 23 brasileiros como UNPOL.
	Ex-Iugoslávia/Croácia	UNCRO	Mar 1995 - Jan 1996	SIM	2 brasileiros como observadores militares (só EB) e 1 brasileiro como observador policial.
		UNTAES	Jan 1996 - Jan 1998	SIM	9 brasileiros como observadores militares (6 EB e 3 MB)
Ex-Iugoslávia/Kosovo	UNMIK	Jun 1999 - Jun 2008	SIM	13 brasileiros como UNPOLs	

Fontes: Brasil (2014), Melo Neto (2015), DPKO (vários), Fontoura (2005) e Morais (2015).

Notas: Dados compilados de fevereiro de 1992 até dezembro de 2014.

Legenda: EB - Exército Brasileiro, MB - Marinha do Brasil e FAB - Força Aérea Brasileira.

Autoria: Instituto Igarapé.

As evidências demonstram que os brasileiros, nessas missões, cumprem papéis que não exigem o uso da força para além da autodefesa, exceto no caso da MINUSTAH. Porém, e mais importante, tais dados sugerem uma verdadeira anuência por parte do governo brasileiro a missões desta natureza, apesar das rejeições no discurso oficial. Tal anuência se traduz pelo efetivo apoio, nos últimos 25 anos, ao desdobramento e à manutenção de mais de 1.400 brasileiros no terreno, por meio de pagamento de salários, compra de equipamentos, emissão de passaportes e passagens aéreas, além de outros investimentos. É fundamental que a política externa brasileira seja coerente com a realidade no terreno e que incorpore de alguma forma este padrão de comportamento existente há 25 anos. A diplomacia deve assumir que o Brasil desempenha/desempenhou um papel em 3/4 de todas as missões já autorizadas sob o Capítulo VII e deve refletir sobre o que isso significa para as posições do país e para o desenho da própria trajetória brasileira nas missões de paz.

5. Conclusões e recomendações

A participação do Brasil nas missões de paz da ONU foi analisada a partir de milhares de dados, organizados neste artigo em duas grandes categorias temáticas. Primeiro, verificou-se que o Brasil atua em missões de paz motivado por interesses específicos (algo vinculado ao número de brasileiros desdobrados no terreno em um dado momento), e por interesses gerais (algo vinculado ao número de missões com participação de brasileiros).

Em outras palavras, foi possível identificar que a intensidade do apoio brasileiro à ONU variou de acordo com interesses específicos (o Brasil só enviou tropas para missões em países prioritários para a sua política externa), mas também há evidências de preocupação com interesses gerais, como a produção de bens públicos globais.

É indispensável que um país como o Brasil mantenha uma abordagem global no horizonte de suas ações, de maneira a não perder de vista todo o sistema multilateral e a apoiá-lo quando possível, dentro de suas capacidades.

Segundo, verificou-se que é preciso promover uma releitura das posições oficiais acerca do uso da força em missões de paz regidas pelo Capítulo VII (total ou parcialmente), em função da existência de uma práxis militar de 25 anos. É provável que o número de conflitos armados não diminua nos próximos anos, em função de mudanças climáticas, explosão demográfica, desigualdades econômicas no âmbito global, entre outras.

Neste sentido, também é possível esperar um aumento – ou pelo menos a permanência – do número de missões da ONU autorizadas sob o Capítulo VII. Assim, é fundamental que o Brasil reflita sobre a sua própria participação em missões sob este Capítulo, e também sobre a eventual necessidade de realinhamento entre discurso e prática, a fim de fortalecer a sua própria posição na área de paz e segurança internacional. É importante definir, por exemplo, se a MINUSTAH corresponde a um precedente ou uma exceção.

Ao longo do artigo, receberam destaque alguns padrões de comportamento que perpassam diferentes governos e que, por isso, podem ser entendidos como políticas de Estado. Devem, portanto, ser considerados em futuros processos de tomada de decisão os seguintes padrões:

- A participação com tropas (missões coletivas) só ocorreu em três eixos prioritários: Haiti, Líbano e países lusófonos (com destaque a Angola e Timor Leste). As demais contribuições do Brasil a missões de paz, salvo raras exceções, ocorreram e ainda ocorrem por meio de desdobramento de indivíduos;
- A busca pela diversificação nas missões apoiadas por brasileiros também é relevante e começa a ocorrer a partir dos anos 2000. Hoje, o país tem representantes em 10 das 16 missões de paz coordenadas pelo DPKO, o que corresponde a 62,5%; e
- Há 25 anos o Brasil envia nacionais (militares e policiais) para missões de paz regidas pelo Capítulo VII da Carta. Desde então, houve/há representação brasileira em 74% das missões dessa natureza.

A análise da trajetória brasileira também indica que não é possível voltar aos padrões anteriores aos da década de 1990 sem altos custos políticos. Os dados evidenciam que, nos últimos 25 anos, e principalmente a partir dos anos 2000, o Brasil alcançou um perfil internacional tão elevado que não pode diminuí-lo drasticamente sem que isso afete a própria dinâmica atual da paz e segurança. Além disso, ficariam frustradas as expectativas individuais e globais sobre as contribuições do Brasil, construídas em larga medida a partir do sucesso de sua participação em missões de paz ao longo da última década. Como consequência, isso também afetaria a reputação brasileira, bem como a própria projeção de *soft power* por parte do Brasil.

Neste sentido, o artigo buscou identificar a trajetória brasileira, ainda que com altos e baixos, imperfeições e incoerências. As análises quantitativas e qualitativas sobre passado e presente certamente contribuem para a qualificação do debate e podem orientar a tomada de decisão no futuro próximo.

Referências

AGUILAR, Sergio (2015). “A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro”. *Brasiliانا – Journal for Brazilian Studies*, v. 3, n. 2 (Mar 2015). <http://ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/bras/article/view/20231/18133>.

BRASIL (2011a). Discurso feito pela presidente Dilma Rousseff, na abertura da 66ª sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU, em 21 set. Disponível em português em: http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/BR_pt.pdf.

_____ (2011b). Ministério das Relações Exteriores - Delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas. “Letter dated 9 November 2011 from the permanent representative of Brazil to the United Nations addressed to the secretary general” (A/66/551 e S/2011/701). Nova Iorque, 11 Nov. 2011. Disponível em: www.un.int/brazil/speech/ConceptPaper-%20RWP.pdf.

_____ (2014). Exército Brasileiro - 5ª Subchefia do Estado-Maior. Base de dados com o número de militares brasileiros que participaram de todas as missões de paz da ONU e OEA.

BRITTO, Andréa. (2012), “A tradição da continuidade: análise do lançamento do conceito de responsabilidade ao proteger pela diplomacia brasileira”.

MELO NETO, Sergio (2015). Entrevista do Maj PMDF Carrera à autora, concedida em agosto.

FONTOURA, Paulo (2005). “O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas”. Brasília: IRBr e FUNAG.

HAMANN, Eduarda (2012). “Brazil and R2P: A Rising Global Player Struggles to Harmonise Discourse and Practice”. In: “The Responsibility to Protect – from evasive to reluctant action? The role of global middle powers”. Hans Seidel Foundation, Konrad-Adenauer Stiftung, Institute for Security Studies and South African Institute of International Affairs. www.kas.de/wf/doc/kas_32598-1522-1-30.pdf?121102092609.

HERMANN, Breno (2011). “Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro”. Brasília: FUNAG.

MORAIS, Marco (2015). *Operações de Paz: a evolução histórica da OU, da Polícia das Nações Unidas (UNPOL) e a participação da Brigada Militar*. Porto Alegre: Imprensa Livre.

ONU/DPKO - *Department of Peacekeeping Operations* (2015a). "Peacekeeping Factsheet". Disponível em: www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml.

_____ (2015b). "Post-Cold War surge". Disponível em: www.un.org/en/peacekeeping/operations/surge.shtml.

_____ (vários). "Monthly Contributions", com dados obtidos mensalmente, entre novembro de 1990 até junho de 2015.

Discursos do Brasil em reuniões do Conselho de Segurança da ONU (seleção):

Reunião n. 4990 (14 Jun 2004): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4990

Reunião n. 5209 (21 Jun 2005): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.5209

Reunião n. 6066 (14 Jan 2009): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6066

Reunião n. 6151 (26 Jun 2009) www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6151.

Reunião n. 6216 (11 Nov 2009): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6216%28Resumption1%29.

Publicações do Instituto Igarapé

NOTAS ESTRATÉGICAS

NOTA ESTRATÉGICA 18 - **Implementing UNSC Resolution 1325 in Brazil: leveraging liabilities and promoting gender equality**

Renata Avelar Giannini, Mariana Lima e Pérola Pereira (outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 17 - **A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: visão de mundo e narrativas do Brasil**

Eduarda Passarelli Hamann (maio 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 16 - **Break Your Bones: mortality and morbidity associated with Haiti's Chikungunya epidemic**

Athena R. Kolbe, Augusta Herman e Robert Muggah (julho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 15 - **New Technologies for Improving Old Public Security Challenges in Nairobi**

Mads Frilander, Jamie Lundine, David Kutalek e Luchetu Likaka (junho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 14 - **O Despertar da América Latina: uma revisão do novo debate sobre política de drogas**

Ilona Szabó de Carvalho (fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 13 - **The Changing Face of Technology Use in Pacified Communities**

Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kossyln e Felipe Leusin (fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 12 - **A Inserção de Civis Brasileiros no Sistema ONU: oportunidades e desafios**

Renata Avelar Giannini (janeiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 11 - **A Diáspora Criminal: o alastramento transnacional do crime organizado e as medidas para conter sua expansão**

Juan Carlos Garzón Vergara (novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 10 - Smarter Policing: tracking the influence of new information technology in Rio de Janeiro

Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin (novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 9 - Is Tourism Haiti's Magic Bullet? An Empirical Treatment of Haiti's Tourism Potential

Athena R. Kolbe, Keely Brookes e Robert Muggah (junho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 8 - Violencia, Drogas y Armas ¿Otro Futuro Posible?

Ilona Szabó de Carvalho, Juan Carlos Garzón e Robert Muggah (julho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 7 - A Promoção Da Paz No Contexto Pós-2015: o papel das potências emergentes

Robert Muggah, Ivan Campbell, Eduarda Hamann, Gustavo Diniz e Marina Motta (fevereiro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 6 - After the Storm: Haiti's coming food crisis

Athena Kolbe, Marie Puccio e Robert Muggah (dezembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 5 - Brazil's Experience in Unstable Settings

Eduarda Passarelli Hamann e Lara Costa Leite (novembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 4 - Cooperação Técnica Brasileira

Lara Costa Leite e Eduarda Passarelli Hamann (setembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 3 - A Experiência do Brasil em Contextos Instáveis

Eduarda Passarelli Hamann e Lara Costa Leite (agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 2 - The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti (ago 2011 - jul 2012)

Athena R. Kolbe, Robert Muggah E Marie N. Puccio (agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 1 - Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Households Surveys (ago 2011 - fev 2012)

Athena R. Kolbe e Robert Muggah (março 2012)

ARTIGOS ESTRATÉGICOS

ARTIGO ESTRATÉGICO 16 - Políticas de Drogas no Brasil: a mudança já começou

Ilona Szabó de Carvalho e Ana Paula Pellegrino (março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 15 - Nuevos Retos y Nuevas Concepciones de la Seguridad en México - edición especial de los Dialogos por la Seguridad Ciudadana

(março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 14 - A “Third Umpire” for Policing in South Africa: applying body cameras in the Western Cape

David Bruce e Sean Tait (março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 13 - Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016

Eduarda Passarelli Hamann (org.) (janeiro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 12 - Measurement Matters: designing new metrics for a drug policy that works

Ilona Szabó de Carvalho, Robert Muggah e Katherine Aguirre (janeiro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 11 - Deconstructing Cyber Security in Brazil: threats and responses

Gustavo Diniz, Robert Muggah e Misha Glennly (dezembro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 10 - Digitally Enhanced Child Protection: how new technologies can prevent violence against children in the global south

Helen Mostue e Robert Muggah (novembro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 9 - Promoting Gender and Building Peace: the Brazilian experience

Renata Giannini (setembro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 8 - Making Brazilian Cities Safer - special edition of the Citizen Security Dialogues

(agosto 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 7 - Changes in the Neighborhood: reviewing citizen security cooperation in Latin America

Robert Muggah e Ilona Szabó (março 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 6 - Prevenindo a Violência na América Latina por Meio de Novas Tecnologias

Robert Muggah e Gustavo Diniz (janeiro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 5 - Securing the Border: Brazil's "South America First" approach to transnational organized crime

Robert Muggah e Gustavo Diniz (outubro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 4 - To Save Succeeding Generations: UN security council reform and the protection of civilians

Conor Foley (agosto 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 3 - Momento Oportuno: revisão da capacidade brasileira para desdobrar especialistas civis em missões internacionais

Eduarda Passarelli Hamann (janeiro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 2 - A Fine Balance: mapping cyber (in)security in Latin America

Gustavo Diniz e Robert Muggah (junho 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 1 - Mecanismos Nacionais de Recrutamento, Preparo e Emprego de Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann (maio 2012)



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank dedicado à integração das agendas da segurança e do desenvolvimento com foco estratégico sobre o Sul Global. Seu objetivo é propor soluções alternativas a desafios sociais complexos, através de pesquisas, formulação de políticas públicas, tecnologia e articulação. O Instituto Igarapé trabalha com os seguintes temas: segurança cidadã, política de drogas, segurança cibernética, consolidação da paz, desenvolvimento sustentável e redes globais. Com sede no Rio de Janeiro, o Instituto também conta com representação em Brasília, Bogotá e México, e parcerias e projetos em mais de 20 países, incluindo Argentina, Bolívia, Canadá, Colômbia, Egito, El Salvador, Guatemala, Haiti, Índia, Quênia, México, Noruega, África do Sul, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos e Venezuela.

O Instituto é apoiado pelos governos do Canadá, Reino Unido, Noruega, pela Fundação Open Society, Fundação Bernard van Leer, International Development Research Centre (IDRC), Nações Unidas e doadores privados.

Esta Nota Estratégica foi preparada com o apoio do governo do Reino da Noruega.

Capa e diagramação:

Raphael Durão - Storm Design

ISSN 2359-0998



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Rua Conde de Irajá, 370
Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22271-020
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br

